



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



REQUERIMENTO N.º 02/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Requeiro, de acordo com o que dispõe o art. 97, inciso VI, do Regimento Interno, seja agendado reunião nesta Casa Legislativa com a Administração Municipal, Ministério Público e o economato do Balneário Afonso Kunrath (Baixio), com o intuito de tratar sobre a possível interdição daquele espaço de lazer, em virtude da falta de condições de banho no Rio Caí.

Nosso Balneário é a opção de muitos munícipes para escapar das altas temperaturas, especialmente aqueles que não podem se deslocar ao litoral. É um local de fácil acesso, aprazível, onde muitas famílias tem oportunidade de se reunirem e praticarem diversos tipos de esportes.

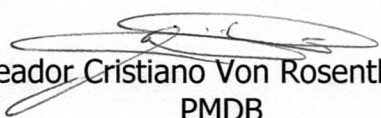
No momento, através do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público de nº 003012014, a ME Estrelas do Futebol Esporte Ltda, na pessoa do senhor José Luiz Soares, está autorizado na exploração dos serviços de bar, restaurante, área de acampamento particular e atividades recreativas.

Nos últimos dias, foi noticiado que haveria possibilidade de ser interditado o local para banho, o que preocupa consideravelmente, tendo em vista o uso do espaço por muitas pessoas.

Para tanto, solicito sejam convidados:

- Prefeitura Municipal – (em especial a SMMA e SMIC)
- Ministério Público
- Professor José Luiz Soares - Ecônomo

Gabinete do Vereador, 05 de janeiro de 2017.


Vereador Cristiano Von Rosenthal Braatz
PMDB

Proposição elaborada e redigida pelo Gabinete do Vereador Cristiano Von R. Braatz

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"

CONCESSIONÁRIA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Procuradoria Geral

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO N.º 003012014

O **MUNICÍPIO DE MONTENEGRO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Pessoa, 1363, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n.º 90.895.905/0001-60, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO, aqui denominada **CONCEDENTE** e, **ESTRELAS DO FUTEBOL ESPORTE LTDA - ME**, com endereço na Rua Osvaldo Aranha, n.º 1915, Apto. 302, Bairro Centro, Montenegro/RS, inscrita no CNPJ n.º 09.504.475/0001-90, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ LUIZ SOARES, aqui denominado **CONCESSIONÁRIA**, têm entre si ajustado por inexigibilidade de licitação, com base no artigo 25 da Lei 8.666/93, o que segue:

OBJETO: Concessão de uso, não remunerado, do Balneário Afonso Kunrath.

1ª) A concessão compreende a exploração dos serviços de bar, restaurante, área de acampamento por particular e atividades recreativas.

2ª) O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n.º 8.666/93 e alterações, em todos os seus termos, a qual será aplicada também onde contrato for omissivo, ficando vinculado ao Chamamento Público n.º 12/2013, processo n.º 73111/2013.

3ª) A concessão obedecerá a Lei Municipal n.º 4.789, de 28 de dezembro de 2007 e Decreto n.º 4.586, de 23 de janeiro de 2008 e demais disposições vigentes.

4ª) O local será entregue nas condições em que se encontra, podendo a critério do poder executivo fazer melhorias, bem como o concessionário, desde que respeite o Decreto nº 4.586, de 23 de janeiro de 2008, sendo que juntamente com a assinatura do contrato será a assinatura de um termo de vistoria.

5ª) O Concessionário será responsável:

- a) Pelo pagamento das taxas e tarifas de iluminação e abastecimento de água diretamente aos fornecedores destes serviços;
- b) Pela manutenção do imóvel e demais benfeitorias;
- c) Pela limpeza e a ordem em toda a área do Balneário, compreendendo os gramados, áreas de sombra, áreas de acampamento, churrasqueiras, áreas de esporte e instalações sanitárias;
- d) Pela coordenação da área de acampamento e a manutenção das condições de urbanidade do mesmo;
- e) Pelo comportamento de seus funcionários, obrigações trabalhistas, equipamentos necessários à realização do trabalho e EPIS.
- f) Pela segurança do local;
- g) Por devolver o imóvel nas mesmas condições atestadas no termo de vistoria.

6ª) Na exploração do restaurante deverão ser praticados preços compatíveis com o mercado local.

7ª) Referente ao comércio de alimentos e bebidas, bem como realização de eventos e uso de som deverá o concessionário respeitar a legislação vigente, ficando responsável por qualquer tipo de autuação ou multa, isentando o poder público de qualquer ação civil ou criminal.

8ª) A Concedente poderá realizar obras para adequação e melhoria nas instalações durante a vigência da concessão, desde que estas não inviabilizem a atividade do concessionário.

Jose Luiz Soares



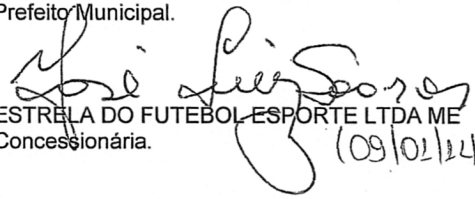
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Procuradoria Geral

18) As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Montenegro/RS, para dirimir dúvidas emergentes do presente contrato.

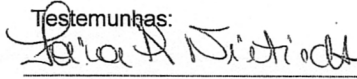
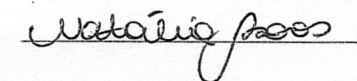
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05(cinco) vias de igual teor, com as testemunhas abaixo.

Montenegro, 07 de janeiro de 2014.


PAULO EUCLIDES GARCIA DE AZEREDO,
Prefeito Municipal.


ESTRELA DO FUTEBOL ESPORTE LTDA ME
Concessionária. (09/01/14)

Testemunhas:

Balneário Municipal corre risco de ser interditado

Poluição. Baseado em laudo oficial, Ministério Público diz que não há condições de banho

■ Reinaldo Ew
redacao4@jornalibia.com.br

O ano vai encerrar com o mesmo impasse que começou: quem deve fazer os exames de balneabilidade no Rio Cai? Era fevereiro e a Prefeitura ainda discutia essa responsabilidade na Procuradoria Geral do Município (PGM). Agora, às vésperas de outra temporada, novamente não está definido quem fará a análise, necessária para estabelecer o nível qualidade da água no Balneário Municipal Afonso Kunrath. Mas desta vez existe a clara possibilidade de interdição.

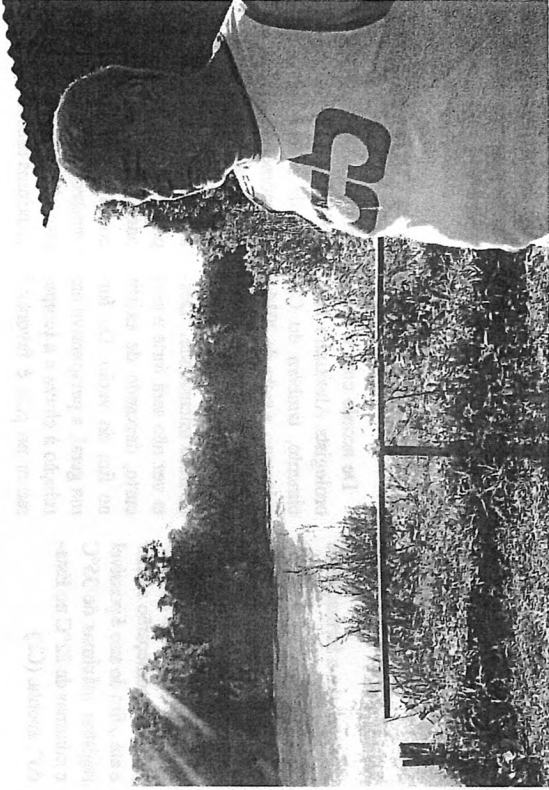
Em setembro, o Ministé-

rio Público (MP) de Montenegro notificou a Prefeitura quanto a impossibilidade de nadar no Rio Cai devido a falta de balneabilidade. Baseado em exames laboratoriais do próprio Município, o acesso à orla do Baixo deveria ser proibido devido aos níveis de poluição que torna as águas impróprias. A Procuradoria Geral do Município (PGM) informou que está em fase de formulação da resposta ao órgão judiciário.

O secretário de Meio Ambiente, Carlos Alberto Silveira Júnior, confirmou que foi realizado teste em fevereiro, que determinou que o Baixo não é apto ao

banho. Ele não tinha em mãos o laudo para informar quanto era a concentração de metais pesados e coliformes fecais. Novamente a PGM se manifesta informando que está revisando o exame das águas.

Por outro lado, o órgão municipal não quis se pronunciar, neste momento, a respeito da competência para providenciar novo laudo de balneabilidade. Questionada, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMMA) informou que o Balneário tem um permitário responsável e que obtém lucro com o Baixo. Logo, ele tem o dever de providenciar o laudo.



PROFESSOR Soares quer ser orientado sobre como providenciar o teste na água

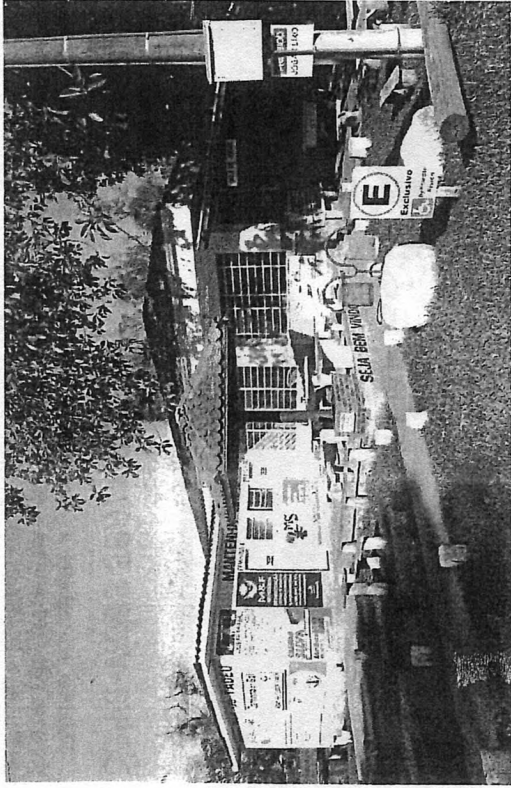
Professor Soares diz que não sabia

O ecônomo do Baixo, José Luiz Soares, o "Professor Soares", se mostrou surpreso com a informação de que deveria providenciar a balneabilidade. Ele lembrou que está investindo no espaço há mais de dois anos, e sempre foi o Município que providenciou o teste. Há cerca de um mês esse serviço laboratorial. Mas ficou relutante ao ser questionado a respeito do custo.

Ele reitera que não se lembra de ver tal cláusula no contrato. "Nunca ninguém me disse isso", insistiu. Por outro lado, o ecônomo reclama da ausência do Município, assinalando

que há três meses uma lâmpada no bosque fica ligada 24 horas, e há dois meses parte de uma árvore derrubada pelo vento obstrui a estrada de acesso. Soares salienta que não cobra ingresso no parque. Essa é mais uma característica que oficializa o Balneário como municipal e público, logo a responsabilidade é do governo local. Um exemplo contrário é o Balneário do Cascalho, em Pareci Novo, que cobra ingresso. Lá o permitário é único responsável.

Segundo o técnico de futebol, na verdade foi a Prefeitura que recebeu notificação da Justiça a



PARQUE do Baixo recebeu melhorias na infraestrutura geral

Balneário do Baixo pode ser interditado

Administrador reclama que gastou mais de R\$ 100 mil para estruturar o local

MONTENEGRO - Quem tenegro, logo se depara com uma estrutura bem organizada para receber os frequentadores, em Mont-

Qualidade e bom gosto, servidos a mesa!

Almoços Diários
Refeições Coletivas
Organização de
Eventos e Jantares

Aroma

RESTAURANTE

Rua Capitão Cruz, 1608 - Centro - Montenegro (ao lado da Casa da Cultura)
Fones: 51 3632-5049 | aroma.restaurant@bolmail.com

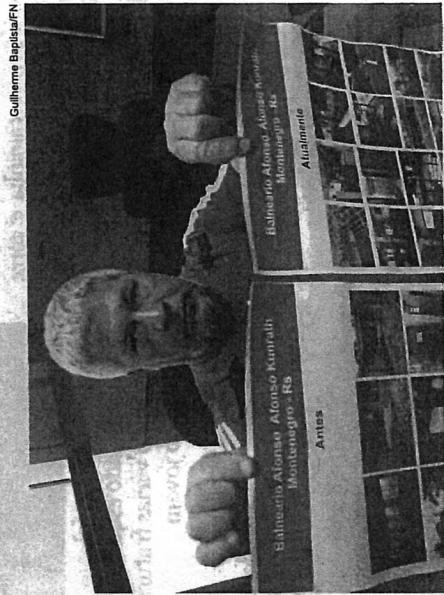
RESTAURANTE MOTTA

BUFFET LIVRE E À QUILO

ABERTO DE SEGUNDA A SÁBADO

BEM VINDO EM CARNES, SALADAS E SOBREMESAS

Tel.: (51) 3632-3939 | Rua Capitão Cruz, 2665 - Centro - Montenegro



Soares mostra como estava o balneário e como ficou sob sua administração

vai estar melhor". O ecônomo argumenta que "se fizessem aqui um talude como os que fizeram no cais ficaria bem melhor". José Luis Soares acrescenta que teve muitas perdas com a enchente de outubro, e tirou do próprio bolso para recuperar tudo.

Interdição

Em setembro o Ministério Público determinou a interdição do balneário e notificou a Prefeitura. A partir daí, de acordo com a Administração Pública, "o contrato com o sr. Luiz Soares, entrou em revisão e foi detectado que ele estava deixando de cumprir algumas obrigações".

Porém, ainda de acordo com a Prefeitura, ele começou a cumprir estas obrigações. "Agora o processo entrou em uma nova fase de revisão contratual. Enquanto isso está sendo feito, segue a posição determinada pelo MP de fechamento do balneário. Caso a prefeitura não cumpra a obrigação de manutenção, poderá ser responsabilizada", pondera a nota emitida pela Assessoria de Comunicação.

Soares porém, diz que há um movimento para tirá-lo do local. "Se eu tiver que sair terço que me indenizar de todo o investimento que fiz aqui. Ou vou arrancar tudo e levar comigo", promete.

quantadores. "Não tive nenhuma ajuda da Prefeitura", aponta. "Nem a estrada de acesso eles arrumam", acusa. Segundo Soares, seu contrato tem validade por mais dois anos e não abrange contas de água e luz. Já a Prefeitura contesta esta informação, afirmando que no contrato o ecônomo se responsabiliza pela manutenção do local, e isto inclui o pagamento das contas de energia e água. E sobre o acesso ao Rio, Soares diz que "o pessoal do Meio Ambiente não quer que eu faça nada ali na margem. Mas vou limpar a escada escavada e no próximo fim de semana

tadores. O Baixo, como é conhecido o local, tem restaurante, locais para churrasco, área para camping, campo de futebol, chuveiro externo e muita sombra, formando um ambiente convidativo para algumas horas ou dias de relaxamento. O acesso ao rio, porém, carece de uma estrutura melhor, pois o barranco é perigoso até para os salva-vidas que trabalham desde o último sábado.

Soares diz que o ecônomo desde 2013. Ele diz que investiu mais de R\$ 100 mil para montar uma estrutura aconchegante para os fre-